

Errância, lampejo, enlace

Emília Estivalet Broide
Miriam Debieux Rosa

O presente capítulo é um desdobramento de outro trabalho, intitulado “O avesso do mesmo lugar”, escrito em conjunto com Jaqueline Imbrizi, Julia Bartsch e Gabriel Inticher Binkowski e publicado na *Revista Estilos da Clínica*, no dossiê “Experiências de fronteira e de front: crianças imigrantes, escola e políticas da infância”. Naquela ocasião, buscamos articular uma produção cinematográfica a um caso clínico trabalhado em supervisão em um serviço de medidas socioeducativas em meio aberto. Nosso intuito foi o de pensar as geopolíticas das infâncias e das adolescências nas periferias globais como o avesso do mesmo lugar. O despertar das nossas responsabilidades nos fez unir Zain (protagonista do filme *Cafarnaum*) a Túlio, adolescente em conflito com a lei, que cumpre medida socioeducativa no Brasil de nossos tempos. Já neste capítulo, a partir das ressonâncias do primeiro texto, pretendemos lançar luz à temática do lampejo, da errância e do enlace.

O lampejo, a errância e o enlace são três elementos que nos possibilitam pensar as brechas por onde a vida pode se apresentar como riqueza e não como repetição de misérias, toda vez que o trabalho analítico se coloca a serviço do desejo. Na supervisão das equipes que trabalham com adolescentes em conflito com a lei, buscamos extrair do relato dramático e traumático do caso de um menino um acontecimento. Um acontecimento, como nos diz Derrida (2012, p. 231), supõe “a surpresa, a exposição, o inantecipável”, a fim de que a lembrança

se faça lampejo de memória e brilho no olhar, possibilitando a passagem da errância sem fim ao enlace desejante. Para colher de uma vida marcada por tragédias o fio do desejo, é necessário interrogar: como tornar possível e fazer reverberar a clínica lá onde o traumático insiste em aprisionar o desejo, incidindo de forma contundente na constituição psíquica de crianças e adolescentes?

Segundo Rosa (2022), a direção da escuta deve buscar construir ou realçar estratégias clínicas que remetem tanto à posição desejante como às modalidades de resistência aos processos de alienação. É nesse ponto que a psicanálise pode tocar aos integrantes de uma equipe multiprofissional e se constituir como momento de criação de algo novo – um acontecimento – no atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais. É nesse ponto que a psicanálise é política: traz à tona o processo transferencial em jogo na relação viva da equipe com os adolescentes. Ou seja, a psicanálise, ao colocar em cena as relações inconscientes presentes no vínculo entre os adolescentes e a equipe, desvela lugares, produz algo novo, inquietações que retiram equipe e adolescentes de um lugar de assujeitamento, tornando possível produzir um deslocamento na escuta que, muitas vezes, pela crueza das histórias de vida, vai se tornando burocrática.

A psicanálise é política quando promove o acolhimento a uma fala que surge fugaz; quando chama a atenção para a expressão no olhar que deve ser observada; quando em uma supervisão abre-se à possibilidade de aparição do inquietante efeito de sujeito no indivíduo que fala: efêmero e concreto ao mesmo tempo.

Túlio

Túlio infraciona, é “aviãozinho” no tráfico de drogas e já esteve envolvido em roubo de carros e motos. Mora com a mãe e a avó alcoolistas e o tio esquizofrênico. O pai, usuário de crack, vive na praia e é violento. A mãe conseguiu separar-se do pai e ir do litoral para São Paulo, capital, quando Túlio lhe disse que o professor de educação física tentou abusar dele aos 9 anos. Anteriormente, Túlio havia dito à mãe que viu o pai abusar da irmã. Porém, naquela ocasião, a mãe, vítima de violência do pai, não fez nada. Entretanto, o episódio envolvendo o professor fez com que ela rompesse com a vida marcada por tantas violências. Em São Paulo, a situação na casa de Túlio não foi muito mais tranquila. A avó, muitas vezes, é amarrada em uma cadeira pela mãe de Túlio, pois, devido ao uso constante de álcool e aos acessos incontroláveis de ira, pega uma faca e ameaça matar a filha e os netos. Enfim, o caso e a vida de Túlio parecem só abrir espaço para uma narrativa na qual vão se amplificando as condições dramáticas em novas situações sem saídas.

Indago aos técnicos do serviço de medidas socioeducativas: *“Ao escutar Túlio, alguma vez vocês já viram o olho dele brilhar?”*. Segue-se um momento de silêncio e logo em seguida uma técnica diz: *“Somente uma vez. Foi quando ele falou que a mãe encontrou um bloco de notas no qual ela registrava a venda de água”*. A mãe, durante algum tempo, vendeu água em galões nas casas próximas à sua moradia e nos faróis. Aqui, um lampejo, um projeto, um caminho: Projeto Água. Ou seja, incluir a mãe no Plano Individual de Atendimento (PIA) do menino. O PIA foi um dispositivo instituído pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que criou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Trata-se de um instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o

adolescente, tendo enfoque restaurativo e devendo ser construído de forma dialogada com o adolescente e sua família, de forma a incluí-la no cumprimento da medida socioeducativa. No caso de Túlio, incluir a mãe em seu PIA propicia a ela a retomada do trabalho que, embora informal e precário, poderia indicar uma saída para a reconexão de Túlio à vida. Não se tratava meramente do trabalho em si, mas do que o trabalho da mãe significou para Túlio e sua família. Na época, conforme Túlio, as coisas em casa melhoraram muito; era possível ter uma perspectiva de futuro. Ele, a mãe e a irmã conseguiram se organizar e até lidar melhor com a avó. Conectar o trabalho da mãe à medida socioeducativa poderia servir como uma ancoragem para Túlio e sua família.

Ancoragens são como fios invisíveis que mantêm o sujeito ligado à vida diante das urgências sociais e que se embrenham pelo território físico e psíquico. Vamos puxar, amarrar e articular esses fios à rede de desejo (Broide; Broide, 2016). O brilho no olho de Túlio, ao trazer a lembrança do dinheiro que recebia com seu trabalho e da mãe com o bloco de notas dos galões de água que vendia, poderia funcionar como um lampejo de vida, uma ancoragem, uma vez que, naquela época, Túlio vivenciara um novo modo de enlaçamento familiar.

Prestar atenção aos detalhes e escutar o que Túlio fala com a voz e com o olhar redimensiona o caso para a equipe que o atende e traz elementos que propiciam ampliar o projeto de trabalho na medida socioeducativa. Muitas vezes, o Plano Individual de Atendimento, que orienta a direção do trabalho a ser desenvolvido com o adolescente, desconsidera que é necessário incluir as conexões que o indivíduo estabelece com a vida, com aqueles que servem de ancoragem para ele. O PIA não pode se transformar somente em um manual de deveres a serem pactuados entre a equipe técnica e os adolescentes durante o

cumprimento da medida socioeducativa. O PIA deve abrir-se à descoberta do que é significativo para o sujeito, a fim de ligar o adolescente à finalidade do trabalho socioeducativo em extrema conexão com a sua vida desejante.

Lampejo

A expressão “lampejo” de Didi-Huberman (2011) nos auxilia a pensar a dimensão inconsciente na clínica e no poema: ela aponta para o fato de que uma experiência íntima, por mais subjetiva e ficcional que seja, pode aparecer como uma fagulha, tão logo encontre a justa forma de narrar e transmitir o vivido da experiência. A transmissão do vivido da experiência, que surge num lampejo, é matéria-prima do sujeito, da arte e da clínica psicanalítica.

O lampejo possibilita passar do circuito cristalizado e fixado da identificação imaginária e doentia do inexorável destino à reinvenção do presente. As políticas públicas, por meio do trabalho daqueles que as executam, devem ser capazes de se instituir como condição-suporte de processos de singularização do sujeito, promovendo uma torção *do resto à causa*. Nesse sentido, devem possibilitar que um relato, uma narrativa e uma experimentação se transformem em teorização viva de um campo e retirem a realidade de sua condição fática, lançando-a em sua dimensão desejante. Da vida precária e vulnerável à vida sustentável pelo fio do discurso e do desejo.

O lampejo faz reverberar a clínica em distintos contextos sociais, não para resolver o caso social, mas para pôr em relevo o detalhe, aquilo que faz o olho brilhar, o fio que liga o sujeito ao desejo e à vida. O lampejo é o próprio sujeito que pode criar condições de vida, para

além de toda a miséria, e pode se insurgir diante da obscenidade que o discurso hegemônico e universalizado do Outro lhe impõe como sentença de morte, desalojando-o de sua história pessoal, sociocultural e política (Rosa; Estêvão; Braga, 2017).

O lampejo é singular – “o olho que brilha” –, dirige-se a um outro, não é sem o outro, não é sem a exterioridade do mundo, tampouco se define como mera superfície na qual se inscrevem significados sociais. Ele possibilita fisgar o sujeito, incluindo a dimensão alteritária, ou seja, promovendo a passagem do desalento – na qual o sujeito não dispõe de qualquer instância de apelo – ao desamparo – em que há a inscrição da dimensão alteritária. Essa dimensão alteritária é matéria-prima no trabalho cotidiano junto às políticas públicas. Para servir de inspiração, podemos lembrar aqui a menção de Didi-Huberman a Giorgio Agamben, quando indaga: “O que mais pedir a um filósofo senão *inquietar seu tempo*, pelo fato de ter ele próprio uma relação inquieta tanto com sua história como com seu presente?” (Didi-Huberman, 2011, p. 67, grifo nosso).

O que está dito em relação ao filósofo podemos pensar em relação ao psicanalista ou à equipe que trabalha no sistema socioeducativo. A inquietação com a história e com o presente é matéria-prima e motor para que possamos incluir a dimensão alteritária. Segundo Birman (2020), na experiência do desamparo, o sujeito acredita que o Outro o queira acolher e proteger. Sabemos que o sujeito é, antes de tudo, falado pelo Outro. É instaurado em um determinado lugar social para que possa, a partir de então, endereçar sua demanda.

Por outro lado, no desalento, o sujeito não é mais acolhido pelo Outro, não encontra suporte afetivo e efetivo para que seu choro faça sentido. Errante, é lançado perigosamente nas incertezas e contingências

da existência. Quanto mais o laço social em que estamos imersos produz desigualdade, exclusão e violência, mais estamos diante do desalento, diminuindo as possibilidades de conexão com o outro semelhante, desimplicados da demanda que o outro nos endereça. Nesse ponto, nos deparamos com o desamparo discursivo no qual são lançados aqueles que ocupam o lugar de dejetos no campo social e sobre os quais incidem discursos alienantes e identitários que os criminalizam e os patologizam (Rosa; Estêvão; Braga, 2017).

O lampejo, o Projeto Água, a inscrição da mãe de Túlio no cumprimento da medida socioeducativa constituem-se como possibilidades alteritárias que restituem o sujeito, criando enlace, criando perspectiva temporal, criando possibilidades para o futuro. Busca-se tirar o sujeito do labiríntico aprisionamento à dor e ao retorno ao eterno presente, que o impossibilita de construir projetos de vida. A equipe da medida socioeducativa, ao olhar para o menino e ver quando o olho dele brilha, identifica quando aparece o lampejo, o *algo de sujeito*. O brilho no olho de Túlio nos possibilita abrir a brecha que faz passar da errância ao enlace.

Outra infância

Trazemos aqui uma outra infância além da de Túlio, mas que se conecta a ela. Uma infância narrada por Geovani Martins no seu conto chamado “Espiral”, do maravilhoso livro *O sol na cabeça* (2018). Seu personagem nos coloca diante das incidências do racismo e do preconceito na constituição psíquica da criança:

Começou muito cedo. Eu não entendia. Quando passei a voltar sozinho da escola, percebi esses movimentos. Primeiro

com os moleques do colégio particular que ficava na esquina da rua da minha escola, eles tremiam quando meu bonde passava. Andando pelas ruas da Gávea, com meu uniforme escolar, me sentia como um desses moleques que me intimidavam na sala de aula. Principalmente quando passava pelo colégio particular, ou quando uma velha segurava a bolsa e atravessava a rua pra não topar comigo. Tinha vezes, naquela época, que eu gostava dessa sensação. Mas como eu já disse, eu não entendia nada do que estava acontecendo. As pessoas costumam dizer que morar em uma favela da Zona Sul é privilégio, se compararmos a outras favelas da Zona Norte, Oeste, Baixada. De certa forma, entendo esse pensamento, acredito que tenha sentido. O que pouco se fala é que diferente das outras favelas, o abismo que marca a fronteira entre o morro e o asfalto na Zona Sul é muito mais profundo (Martins, 2018, p. 17-18).

Retomamos, com o conto de Martins (2018), os processos de interiorização das externalidades que abordamos com Birman (2020) ao falar do desalento e do desamparo, uma vez que a base do laço com o outro próximo nasce da internalização do Outro como parte estrangeira do eu. O conto aponta as marcas psíquicas presentes na infância do personagem e que permanecem durante toda a vida. Do lado do psicanalista, é importante separar o que seria a alienação estrutural do sujeito ao discurso do Outro do que seria a alienação ao discurso social e ideológico (Rosa, 2022).

Tudo começou do jeito que eu mais detestava: quando eu, de tão distraído, me assustava com o susto da pessoa e, quando via, eu era o motivo, a ameaça. Prendi a respiração, o choro, me segurei, mais de uma vez, para não xingar a

velha que visivelmente se incomodava de dividir comigo, e só comigo, o ponto de ônibus. No entanto, dessa vez, ao invés de sair de perto, como sempre fazia, me aproximei. Ela tentava olhar para trás sem mostrar que estava olhando, eu ia chegando mais perto. Ela começou a olhar em volta, buscando ajuda, suplicando com os olhos, daí então coleí junto dela, mirando diretamente a bolsa, fingindo que estava interessado no que pudesse ter ali dentro, tentando parecer ser capaz de fazer qualquer coisa pra conseguir o que queria (Martins, 2018, p. 18).

A criança representa uma ameaça, mesmo sem entender o motivo. Inverte o jogo, evidenciando a intensificação da angústia da “velha”, pelo efeito de estranhamento provocado devido ao que retorna como recalcado. O sofrimento vivido pelo menino do conto, assim como o sofrimento de Túlio, é abordado por Rosa (2016) quando situa a dimensão sociopolítica do sofrimento que gera não só sintoma, mas a desarticulação subjetiva impeditiva da construção do sintoma.

Em um artigo intitulado “Do sujeito suposto suspeito às possibilidades de suposição de saber”, Andréa Guerra e colaboradoras (2015) analisam a experiência transferencial com adolescentes em conflito com a lei, marcada por uma modalização negativa, situando que o invés de uma relação de suposição de saber seria uma relação de suspeita com o outro. Desse modo, verifica-se a crença sustentada na desconfiança. A suspeita se apresenta como certeza antecipada. Emerge como resposta à desvalorização do outro semelhante.

Portanto, faz-se necessário incluir no trabalho psicanalítico as relações econômicas, imaginárias, simbólicas, políticas, pulsionais e raciais vividas no Brasil, abrindo a ferida, mostrando como a

sociedade brasileira se estruturou baseada na eliminação, no rebaixamento do outro e no esvaziamento do diferente: primeiro com os indígenas e depois com os negros escravizados. Os ecos continuam fortes ainda hoje (Broide, 2018).

Em seu “Ensaio sobre o ódio no Brasil do século 21”, Cleto refere que:

O Brasil assassina 50 mil pessoas por ano, lincha uma por dia e até agora não foi capaz de dar o nome de “guerra civil” para nenhum dos eventos que o lavaram de sangue, mesmo os mais distantes. E isso diz muito mais do que parece. Ao se combater o ódio enquanto expressão de um problema moral individual, ignora-se a sua capacidade coletiva de mobilização e, principalmente, a boçalidade deste mal, que, se não chegou agora, nunca deu tantos sinais de que não vai mais embora (Cleto, 2015, [n. p.]).

Hoje, podem-se ver claramente as formas pelas quais a violência amalgamada na sociedade brasileira se mantém discursivamente inscrita nos sujeitos: do assassinato dos jovens negros nas regiões periféricas à violência contra grupos LGBTQIA+; da população pobre deste país aos adolescentes em conflito com a lei. Também no campo da produção intelectual essas marcas existem e persistem.

Nessa perspectiva, nosso aprendizado e recuperação da história e da memória é fundamental. Portanto, a forma que a política pública adquire e a maneira como é trabalhada pelos técnicos, em sua relação transferencial com aquele que é seu destinatário, incide sobre a qualidade da imagem deste último e sobre as possibilidades de singularização e de coletivização.

Nossa aposta é que, assim como Freud redimensionou a transferência como operador clínico – tirando seu caráter de obstáculo a ser banido da experiência psicanalítica para elevá-la a motor da cura, indo do resto à causa (Broide, 2014) –, a percepção do lampejo cumpra a função de enlace que, via transferência, possibilita encontrar a brecha de vida no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei.

O susto, o estranhamento, a ameaça inscrita no campo transferencial com o outro marcam a todos, mas incidem de modo desigual dependendo de qual lado da fronteira você está. Com esse livro, Martins (2018) nos interroga sobre o lado em que estamos. Em sua obra, teoriza, reflete e instiga o leitor a percorrer o vínculo original e fundante da relação analítica: a transferência. A transferência nesse contexto emerge de forma intensa, é corporal, é vivencial, não há como apelar por uma suposta neutralidade cientificista e técnica.

Posição do analista

A posição de analista nunca é grandiosa, nem deve ter grande poder de convocação. Ao contrário, o discurso analítico se constitui e é laboriosamente construído no cotidiano de uma práxis desenvolvida como um ofício, uma vez que são os pequenos gestos que podem vir a se transformar em uma obra, em ato de produção. Dessa forma, a posição de analista marcada pelo desejar, verbo aberto à invenção, coloca em pauta a recusa ao estabelecimento das certezas totalizadoras. Assim sendo, a práxis analítica é constituída pela criatividade, pela inventividade como motor da experiência. Essa inventividade é marca freudiana e é o que se espera da própria transmissão da psicanálise.

O traumático da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes e as suas consequências na constituição psíquica devem nos interrogar para que possamos construir uma práxis psicanalítica, uma política do comum baseada na suposição de saber em relação ao outro e não uma relação baseada na desconfiança, na humilhação, na qual o abismo que marca a fronteira entre o morro e o asfalto seja considerado e não vire dominação e opressão.

Somos herdeiros dessa tradição que não cinde o trabalho no campo social com a clínica privada do consultório, tampouco transpõe de forma mimética o exercício clínico de um contexto para o outro. De nossa parte, situamos que o trabalho psicanalítico nas situações sociais críticas convoca a responsabilidade do analista perante a cultura e seu mal-estar, o desalento e os interrogantes que colocam desafios e desconfortos ao pensamento teórico, ao exercício clínico e à práxis psicanalítica. Pensamos que o psicanalista, diante de situações sociais críticas, coloca em relevo algo do inconsciente lá onde a precariedade e o drama da vida humana se apresentam e clamam – num apelo resistencial – pela economia do pensamento, pela burocratização dos gestos e pelo ensurdecimento dos ouvidos perante o drama singular do sujeito em situação de vulnerabilidade.

Referências

BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet. **A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. São Paulo: Escuta, 2016.

BROIDE, Emília Estivalet. O que é o ódio? De onde ele vem? In: ROSA, Miriam Debrieux; COSTA, Ana Maria Medeiros da; PRUDENTE, Sérgio (org.). **As escritas do ódio: psicanálise e política**. São Paulo: Escuta; Fapesp, 2018.

BROIDE, Emília Estivalet. Possibilidades de singularização do sujeito nas políticas públicas: do resto à causa. **Intellectus Revista Acadêmica Digital**, v. 27, n. 1, 2014.

CLETO, Murilo Pinto. Ensaio sobre o ódio no Brasil do século 21. **Revista Fórum Semanal**, Porto Alegre, 11 out. 2015. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2015/10/11/ensaio-sobre-odio-no-brasil-do-seculo-21-14093.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

DERRIDA, Jacques. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento. **Revista Cerrados: Acontecimento e Experiências Limites**, Brasília, v. 21, n. 33, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/26148/22967>. Acesso em: 28 mar. 2023.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GUERRA, Andréa Máris Campos; BROIDE, Emília Estivalet; MOREIRA, Isa Gontijo; ARANHA, Mariana da Costa. Do sujeito suposto suspeito às possibilidades de suposição de saber. In: GUERRA, Andréa Máris Campos; PENNA, Paula Dias Moreira; SOARES, Sanderson Nascimento (org.). **Direito e psicanálise II: o adolescente em foco**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015. p. 30-49.

MARTINS, Geovani. **O sol na cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSA, Miriam Debrieux. Sofrimento sociopolítico, silenciamento e a clínica psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 42, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6RKgPXpGHZ8YwHd9PHGGtnf/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2023.

ROSA, Miriam Debrieux. **A clínica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Pulsional, 2016.

ROSA, Miriam Debieux; ESTÊVÃO, Ivan Ramos; BRAGA, Ana Paula Musatti. Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 22, n. 3, p. 359-369, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/35354>. Acesso em: 28 mar. 2023.